



A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais

Michel Cahen

► To cite this version:

Michel Cahen. A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais. *Africana studia*, 2018, José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O Vinho para o Preto, 27, pp.197-204. halshs-03604359

HAL Id: halshs-03604359

<https://shs.hal.science/halshs-03604359>

Submitted on 10 Mar 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



A Renamo um assunto para historiadores e cientistas sociais*

Michel Cahen**

pp. 197-204

Este artigo é quase um não artigo: é uma chamada de atenção para que o assunto “Renamo” saia da mera discussão política ou da esfera dos artigos de atualidade para se tornar um assunto como qualquer outro nas ciências sociais e, em particular, na história.

Por isso, queria apresentar aqui algumas observações sobre a melhor forma de forjar a *historicidade* do assunto “Renamo”.

Com efeito, em Moçambique, ao contrário de Angola, a passagem da primeira idade colonial – o período mercantil e escravocrata – para a segunda – o período do capitalismo colonial – tomou também a forma de uma viragem geopolítica de maior importância: o abandono das ricas regiões agrícolas do Norte em proveito de uma economia de serviços dependente da África do Sul, com a mudança de capital da Ilha de Moçambique para o extremo-sul, Lourenço Marques, mudança decidida em 1898.

Desequilíbrios coloniais e pós-coloniais

A Beira, tal como Lourenço Marques, foi uma produção desta viragem para o capitalismo colonial. Lourenço Marques era uma mera aldeia colonial (Xilunguine) e não havia nem sequer uma aldeia na foz do Rio Pungué quando a decisão de construir Beira foi tomada em 1887, secundarizando definitivamente a velha Sofala. No entanto, mesmo se Lourenço Marques e Beira foram cidades da mesma geração histórica, as suas posições geopolítica e geoeconómica foram muito diferentes. Quando se compara os brancos de Lourenço Marques com os da Beira, até mesmo a sua visão sobre a colónia se revela diferente. Os brancos da Beira vieram de uma entidade política que, até 1942 não era a colónia de Moçambique, mas o Território de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique. Tinham uma autonomia colonial de facto. E sempre os brancos da Beira lamentaram esta perda de autonomia, como lembrou recentemente Egídio Guambe na sua tese de doutoramento (Guambe, 2016). Aqui, a partir da nomeação do Bispo Sebastião Soares Resende, também o catolicismo foi diferente. E o protestantismo não era dos Suíços como no Sul, mas o dos congregacionalistas americanos. A cidade colonial beirense sentia muito a domi-

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio Internacional “José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de *O vinho para o preto*”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29-30 de Maio de 2017. Uma versão ampliada foi depois apresentada e discutida na V Conferência Internacional do IESE, “Desafios da investigação social e económica em tempos de crise”, Maputo, 19-21 de Setembro de 2017. Este artigo é uma versão adaptada desta conferência. No colóquio do Porto, ao contrário da maioria dos colegas ali presentes, a minha intervenção não incidiu sobre uma temática que tivesse sido alvo da pesquisa de José Capela, no entanto, pensei ser-lhe fiel de outra maneira. Ele foi um branco da Beira. Para quem conhece Moçambique, isto já diz muito, é outro Moçambique, deste outro Moçambique de que faz parte a Renamo.

** Casa de Velázquez (Madrid) e centro de investigação “Les Afriques dans le monde” (CNRS-Sciences po Bordeaux). m.cahen@sciencespo-bordeaux.fr

nação e o centralismo laurentinos, além do lisboeta. Lembre-se que Humberto Delgado, candidato da oposição às eleições presidenciais, venceu aqui as eleições de 1958, apesar das tentativas de fraude. E não foi em Mueda, em Junho de 1960, que começou a luta anticolonial moderna¹, mas no sul de Sofala e norte de Inhambane, com os motins da Machanga e Mambone em 1953 e 1954, vilas da foz do rio Save – revoltas quase completamente ignoradas na historiografia moçambicana e na narrativa nacional emergente. Isto é, no plano da sócio-história, não há dúvida alguma de que Beira e a região de Sofala fazem parte do Sul de Moçambique – e é bom lembrar aqui que o centro geográfico de Moçambique está em Quelimane –, mas já no nível político, Beira e a região de Sofala fazem parte do Norte. Não é uma questão étnica, é uma questão de relacionamento entre as populações colonial e indígena e o Estado colonial, que provocou cristalizações identitárias mais regionais do que étnicas. Isto é, a Beira é a parte “moderna” do “Velho Moçambique”² que tentou sobreviver nas regiões do rio Zambeze, na Zambézia, nas costas nordeste de Moçambique; este “Velho Moçambique” cujas elites crioulas de todas as espécies ligadas ao mundo do Índico, e também as populações indígenas, foram marginalizadas pela viragem para o extremo-Sul (Chichava, 2007).

No entanto, os desequilíbrios criados por essa viragem colonial foram mantidos e mesmo agravados pela política de “modernização autoritária” da Frelimo – isto é, uma política económica, social e simbólica de hostilização das relações sociais originalmente prevalentes no seio do campesinato, entendidas, numa leitura simplista do marxismo, como “feudalismo” e “obscurantismo” –, modernização autoritária que foi chamada “construção do socialismo”. Este paradigma era ligado a um imaginário nacional que, apesar de ser dito numa linguagem “marxista-leninista” ficava muito português e até salazarista: uma nação homogênea, uma só língua, o Estado como principal ator da economia, um regime de partido único, um sindicalismo ligado ao poder de Estado, isto é, corporativista, uma fortíssima centralização do poder. A decisão de manter Lourenço Marques como capital do país foi a ilustração espetacular da decisão de não modificar os desequilíbrios criados pelo capitalismo colonial da segunda idade da colonização. Mas também é interessante notar que, para a jovem elite política da Frelimo, não era *concebível*, nem era *imaginável*, escolher uma capital que não fosse Lourenço Marques, porque esta era o protótipo mais urbano, mais lusófono e mais moderno da nação projetada e desenhada de uma maneira principalmente negativa (caso dos “Abaixos!”: abaixo o feudalismo, o obscurantismo, o tribalismo, o divisionismo, etc.). A Frelimo era anti-imperialista e anti-tribalista, mas, ao mesmo tempo, era contra a sociedade africana, não queria *partir dela* para construir uma nação pluralista, mas impor a ela uma nação homogênea – a dita “Unidade nacional” a que voltou recentemente Luís de Brito (2016).

Esse paradigma de “modernização autoritária” é que explica, em grande medida, *não* a existência da Renamo, mas a capacidade dela em conquistar uma base social em partes importantes de Moçambique, precisamente em Sofala, em Manica, em Tete, na Zambézia e em Nampula. O facto de Moçambique, enquanto país, ter pago muito caro a circunstância de ser vizinho dos regimes brancos minoritários da Rodésia e da África do Sul não explica a capacidade de um grupo rebelde em construir uma importante base social no campesinato.

¹ Não estou falando aqui da resistência à penetração colonial, dita resistência “primária”, mas da resistência à dominação colonial já estabelecida, dita resistência “secundária”. Sobre os motins de Machanga e Mambone, estou preparando um estudo aprofundado, mas já se pode ler Cahen (1991, 2000). Estou também preparando novo estudo sobre Mueda, mas já se pode consultar Cahen (1999).

² Criei a expressão “Velho Moçambique” para designar as regiões e as formações sociais que constituíam o centro de gravidade de Moçambique durante a primeira idade colonial e que, depois da viragem para o Sul decidida durante a transição para o capitalismo colonial, sobreviveram numa situação marginal não só política mas também, e muito em particular, economicamente – marginalização que se agravou depois da independência. Fiquei muito contente quando Sérgio Chichava (2007) usou esta expressão para o título da sua tese.

Desequilíbrios cognitivos

No entanto, se os desequilíbrios que acabei de mencionar são económicos, sociais e políticos, também são *cognitivos*. O colonialismo do século XX sobrevalorizou a sua própria história no Sul da colónia no que toca ao século XIX e a Frelimo fez a mesma coisa. O exemplo paradigmático é a breve guerra contra Ngungunhane, feito um inimigo feroz dos portugueses quando, durante 90 % do seu reino, fora seu aliado. Foram inventadas operações militares importantes contra ele, quando as principais guerras que Portugal travou para a conquista efetiva do território foram no Norte do país: em particular, ocorreu um outro tipo de guerra de conquista, uma espécie de “guerra civil intracolonial”, entre, por um lado, o Portugal reinol com as suas tropas enviadas à colónia e aumentadas com auxiliares africanos e, por outro, os prazeiros, igualmente portugueses – mesmo sendo negros ou mestiços –, mas portugueses da terra e desde então incompatibilizados com a conquista efetiva do território³. Por assim dizer, uma guerra civil entre a primeira idade colonial e a segunda...

A Frelimo fez a mesma coisa, fazendo de Ngungunhane um herói anticolonial, até hoje o único chefe africano pré-colonial feito oficialmente herói, quando a sua dinastia foi tão invasora e colonialista quanto os Portugueses.

Outro exemplo é a grande importância dada, na narrativa nacionalista, à figura de Eduardo Mondlane, que, à semelhança da elite dirigente da Frelimo na altura, era do Sul. A exaltação de Mondlane reforçou-se sobretudo depois da viragem neoliberal porque Mondlane podia ser o protótipo de herói não “comunista”. E, com certeza, o papel, a figura, a obra de Mondlane, foram importantíssimos⁴. Mas porque é que não se fala nem se pesquisa sobre Kamba Simango, o primeiro moçambicano que, tendo feito estudos superiores, muito antes de Mondlane e, aliás, também nos Estados Unidos, foi o fomentador de uma importante organização nacionalista, o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, reprimida em 1953 e proibida definitivamente pelo colonizador em 1956?⁵

Felizmente, a jovem pesquisa moçambicana, assim como a estrangeira, modificou *parcialmente* essa situação cognitiva, com a multiplicação de trabalhos sobre o centro e o norte geográficos, isto é o Norte político do país. Mas, em proporção com a superfície e a população do centro e do norte de Moçambique, permanece um desequilíbrio.

A ausência da Renamo

Ora, esses desequilíbrios tradicionais da história de Moçambique continuam e parecem reproduzir-se sob um outro aspeto: a quase ausência de estudos, nas ciências sociais e humanas, sobre a Renamo e o que vou chamar o “mundo da Renamo”, isto é, não só a organização em si, mas as sociedades que viveram sob seu domínio ou a apoiaram. Pessoalmente, não conheço nenhuma tese de mestrado, nem nenhuma dissertação de licenciatura, feitas em Moçambique e cujo tema, ou tema central, seja a Renamo ou o mundo da Renamo. Posso errar, *tenho a esperança de errar*, mas, de qualquer maneira, o que existe

³ Sobre as operações militares, ver em particular os trabalhos de René Pélissier (2000 [1988]). É de lembrar que os prazos representavam, num dado território, a coroa portuguesa. Se a instituição prazeira mudou muito ao longo dos séculos, os prazos nunca chegaram a constituir entidades políticas africanas, mas mantiveram-se como um tipo de Estados secundários entre o Estado imperial português e as chefaturas africanas, em representação da coroa.

⁴ Publiquei recentemente um artigo sobre o assunto (Cahen, 2017).

⁵ Não é de admirar que esta figura esteja hoje a ser usada pelo Movimento Democrático de Moçambique (partido de oposição) que o considera herói... Até hoje, entre os poucos estudos sobre Kamba Simango, consulte-se a obra pioneira de Mário Pinto de Andrade (1984) sobre o “Proto-nacionalismo” (considero pessoalmente que o conceito de “proto-nacionalismo” é altamente questionável, como se o único “nacionalismo” possível fosse o definido à escala de todo o território colonial, e que o que existia antes, pois não era bem “nacionalismo” mas “proto”, numa visão teleológica). Veja-se igualmente Lorenzo Macagno (2012) e Leon P. Spencer (2013). Por fim, ver a breve biografia por Eric Morier-Genoud (2011). Vários estudos estão avançando sobre esta história (Lorenzo Macagno, Eric Morier-Genoud, Michel Cahen...).

deve ser uma pequeníssima exceção. O importante projeto lançada há anos por João Paulo Borges Coelho e Sérgio Nathú Cabá sobre a história social da guerra em Moçambique tentou romper com isso, incluindo alguns capítulos sobre as zonas da Renamo, em todo o caso, olhadas principalmente a partir da documentação do lado da Frelimo. Acresce que este estudo nunca foi publicado (Coelho & Cabá, 2003).

Quanto a teses de doutoramentos defendidas por moçambicanos no estrangeiro, pouquíssimas incidem sobre a Renamo: caso da tese de Domingos do Rosário sobre as autarquias ganhas pela Renamo em 2003 e perdas em 2008 (Rosário, 2009); ou pesquisas de antropologia e de etnopsiquiatria de Vitor Igreja⁶. Há, sim, uma exceção setorial: existem alguns trabalhos sobre a reintegração dos antigos combatentes da guerra civil, incluindo os da Renamo, da mesma maneira que se elaboraram estudos sobre as crianças-soldados. Mas é o processo de reintegração no mundo civil que é estudado, não exactamente o mundo da Renamo em si.

No quadro da pesquisa não moçambicana, sem falar de artigos do tempo da guerra civil que eram para denunciar a Renamo mais do que para estudá-la, livros ou artigos já antigos de Ken Wilson (1991, 1992), Alex Vines (1996), Caroline Nordstrom (1997), Margaret Hall & Tom Young (1997), Carry Manning (2002), Michel Cahen (2003), incluíram a Renamo. Cabe também citar a pesquisa do antropólogo português Fernando José Florêncio (2005) sobre as chefaturas tradicionais, que incide em parte sobre o mundo da Renamo. Recentemente, publicou-se o livro de Stephen Emerson, uma história militar da guerra civil, que obviamente inclui numerosos dados sobre a Renamo (Emerson, 2014). E em Agosto de 2018, vai sair o livro de Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos do Rosário sobre as dinâmicas locais da guerra civil em Moçambique.

Tudo somado, a produção ainda é, a meu ver, muito insuficiente para acabar com uma situação onde o olhar sobre Moçambique permanece predominantemente um olhar a partir da esfera do mundo social do Estado moderno, isto é, o mundo social da Frelimo.

Para estudos subalternos sobre Moçambique

Isto quer dizer que precisamos, para Moçambique (e com certeza para outros países africanos) de *estudos subalternos*. É como se a origem vergonhosa da Renamo, apoiada pela Rodésia e pela África do Sul do *apartheid*, impedisse a investigação de se debruçar mais sobre ela. Também existem dificuldades editoriais criadas pelo ambiente político conturbado do Moçambique de hoje. Por exemplo, durante anos, o manuscrito de memórias de Hassane Armando – um jovem que testemunhou o massacre de Homoine em Julho de 1987, foi raptado pela Renamo e viveu meses nas zonas dela – esperou por uma editora em Moçambique. Nenhuma ousou publicar as suas memórias do massacre, como se a guerra civil fosse para esquecer e não para estudar⁷.

Não é fácil trabalhar sobre a Renamo, com certeza. Não há arquivos da Renamo bem organizados como os da Frelimo, nem sempre é fácil, num ambiente de grande desconfiança, obter entrevistas e, sobretudo, conseguir entrevistas *interessantes*, com dirigentes, quadros médios e locais, militares da Renamo, mulheres do Destacamento Feminino da Renamo. Mas será que é fácil trabalhar sobre a Frelimo? Talvez o estudo da Frelimo seja ainda mais difícil. Para o comprovar, basta lembrar que ainda não sabemos quem, dentro da Frelimo, decidiu, e exactamente quando, o abandono do dito “marxismo-leninismo”, abandono oficializado no quinto congresso de 1989; e, alguns meses depois, quem exactamente decidiu a passagem para o pluralismo político. Nunca o comité central foi consultado de antemão

⁶ Vitor Igreja (2007). O mesmo autor publicou muitos artigos que incidem, pelo menos parcialmente, sobre o mundo da Renamo (entre outros: 2008a, 2008b, 2015).

⁷ Afinal, este livro vai ser publicado, mas em Lisboa e não em Moçambique (Armando, 2018).

sobre essas decisões e o V congresso não discutiu do fim do partido único... Logo, a Frelimo também é um assunto difícil.

No entanto, no que toca à Renamo, o tempo é um fator facilitador. Gente que, alguns anos atrás, não se disporia a falar, pode aceitar fazê-lo hoje. Pode haver tendências contrárias: por exemplo, os dois períodos recentes de volta a confrontos militares em Moçambique, 2013-14 e 2015-2016, fecharam de novo muitas bocas, talvez por medo. Noutros casos, prevalece a impossibilidade de trabalho de terreno. No entanto, a tendência a longo prazo deve ser a progressiva facilitação dessa investigação.

Há muitos aspetos que precisamos de aprofundar, de que vou citar somente alguns exemplos:

- a estrutura militar da Renamo durante a guerra civil ainda é mal conhecida. O que sabemos é que não se tratava de bandidos armados ou de mercenários, mas de um exército de guerrilha muito disciplinado. Alguns trabalhos recentes de Eric Morier-Genoud e os meus próprios vão avançando um pouco mas estamos longe de poder fazer a história da evolução da estrutura da Renamo durante os 16 anos da guerra civil;
- à margem da estrutura militar propriamente dita, seria bom um estudo das milícias da Renamo, nomeadamente os *mudjibas*.
- precisamos de uma história *social* das zonas da Renamo durante a guerra civil. Os trabalhos pioneiros de Christian Geffray (1991, Geffray & Pederson, 1986, 1988), assim como os trabalhos contraditórios de Otto Roesch (1992a, 1992b), abriram pistas, mas deve-se ir muito mais longe. Como funcionavam essas zonas no plano económico? Como funcionava o comércio de troca nelas? Sabemos algo das relações sobre os chefes tradicionais e a Renamo, mas estamos longe de poder descrever o dia a dia dessas relações.
- precisamos de uma história em termos de *géneros*, não só das zonas da Renamo, mas mesmo dentro da Renamo.
- precisamos de uma história *religiosa* das zonas da Renamo, também mas não exclusivamente, nas regiões de forte implantação muçulmana. A ligação entre as confrarias sufis e a implantação da Renamo deve ser estudada de forma mais aprofundada.
- precisamos da multiplicação de monografias históricas e etnográficas *locais* sobre a implantação da Renamo, durante e após a guerra civil. Moçambique é um país muito heterogêneo e as mesmas causas não produziram os mesmos efeitos em toda parte. Se sabemos que a política de “modernização autoritária” da Frelimo explica em larga medida a capacidade da Renamo em se implantar, houve, no entanto, muitas comunidades camponesas vítimas dessa mesma política e que, no entanto, permaneceram fieis à Frelimo. Muitas vezes, para perceber porquê é que uma comunidade se manteve fiel à Frelimo e outra passou para o lado da Renamo, temos que recuar até ao tempo colonial e, até, ao fim do século XIX, isto é, ao momento em que se constrói, ou justamente, não se constrói, uma relação estabilizada entre essas comunidades e o Estado moderno, colonial e, subsequentemente, pós-colonial.
- além disso, temos que quebrar o maniqueísmo da história da guerra civil. Esta teve, com certeza, dois atores principais, mas não apenas esses dois atores. Cumpre lembrar que ocorreu uma situação de guerra civil na Alta Zambézia logo em 1976, com o surgimento do Partido Revolucionário de Moçambique, que se fundirá só mais tarde (1982) com a Renamo⁸; que houve milícias privadas; que existiram os Naparamas⁹, etc.

⁸ Sobre o PRM, ver o capítulo de Sérgio Chichava (2018), in Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018). Este capítulo é oriundo da pesquisa doutoral de S. Chichava (2007).

⁹ Além do trabalho de S. Chichava, um grande progresso no estudo dos Naparamas foi feito por Corinna Jentsch (2014, 2018) e Domingos do Rosário (2018).

– enfim, precisamos de melhor conhecer a Renamo de hoje em dia; parece estranho, mas, por exemplo, não se conhece bem o processo que levou o Presidente Dhlakama a deixar uma política bastante moderada entre 2000 e 2009 e a adotar uma radicalização que lhe permitiu recuperar um espaço político depois da sua saída de Maputo, ida para Nampula e, depois, para a Gorongosa. Que é que aconteceu, dentro da Renamo? Qual era a situação dos antigos combatentes depois da criação da Associação deles, em Quelimane, em 2007, mas que nunca funcionou? Sobejam muitas perguntas para serem esclarecidas...

O mundo da Renamo representa aproximadamente 40% de Moçambique, geográfica e demograficamente. Além deste argumento factual, deve-se parar com uma situação na qual a pesquisa sobre a Renamo equivale mais ou menos a um tabu. Tornar a Renamo um assunto de discussão aberta seria muito importante para sarar feridas, para estabelecer mais confiança entre os diferentes segmentos da sociedade moçambicana, enfim, para criar uma comunidade de cidadãos e, até, uma nação!

Descolonizar o saber é também, na investigação, acabar com os desequilíbrios cognitivos criados pela colonização e mantidos pela Frelimo. No caso de Moçambique, descolonizar o saber também será “des-sulizá-lo”¹⁰.

Referências bibliográficas

- Andrade, Mário Pinto de (1984), *Proto-nacionalismo em Moçambique: um estudo de caso : Kamba Simango. 1890-1967*, Arquivo/Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 6, pp. 127-148.
- Armando, Hassane (2018), *Tempos de fúria. Memórias do Massacre de Homoine, 18 de Julho de 1987*, Lisboa: Colibri.
- Brito, Luís de (2016), Instituições políticas e unidade nacional. In: Brito Luís de et alia (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*, Maputo: IESE, Marimbiq, pp. 23-32.
- Cahen, Michel (1991), “Les “mutineries” de la Machanga et de Mambone (1953): conflits sociaux, activisme associatif et tension religieuse dans la partie orientale de la “zone vandau””, Bordéus, CEAN-IEP, 55 p. mimeo.
- (1999), *The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress*, *Africana Studia*, n.º 2, pp. 29-46.
- (2000), L’anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930-1965). In: Dubois, Colette, Michel, Marc & Soumille, Pierre (orgs.), *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris, L’Harmattan, pp. 319-333.
- (2003), *Os outros. Um historiador em Moçambique, 1994*, Basileia: P. Schlettwein Publishing Foundation [ed. francesa: 2002].
- (2017), *Un autre regard sur Eduardo Mondlane, Social Sciences and Missions*, n.º 30, pp. 163-169.
- Chichava, Sérgio (2007), Le “Vieux Mozambique”: l’identité politique de la Zambézie, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d’études politiques-Université Montesquieu Bordeaux 4.
- (2018), The Anti-Frelimo Movements and the War in Zambezia. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 1.
- Coelho, João Paulo Borges & Cabá, Sérgio Nathú, orgs. (2003), *Elementos para a História Social da Guerra em Moçambique, 1978-1992*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

¹⁰ Agradeço muito ao Augusto Nascimento pela revisão do texto que escrevi diretamente em português.

- Emerson, Stephen A. (2014), *The Battle for Mozambique: The Frelimo–Renamo Struggle, 1977–1992*, West Midlands: Helion & Co. Ltd.
- Florêncio, Fernando (2005), *Ao Encontro dos Mambos. Autoridades Tradicionais VaNdau e Estado em Moçambique*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Geffray, Christian (1991), *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- Geffray, Christian & Pederson, Mogens (1986), *Sobre a guerra na província de Nampula: elementos de análise e hipóteses sobre as determinações e consequências socio-económicas locais*, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 4-5, pp. 303-318.
- Geffray, Christian & Pederson, Mogens (1988), *Nampula en guerre, Politique Africaine*, n.º 29, pp. 28-40.
- Guambe, Egídio (2016), *Réformer l'administration pour renégocier la centralité de l'État au Mozambique. Analyse à partir du cas des municipalités de Quissico, Beira, Mueda et Ribáuè*, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d'études politiques-Université de Bordeaux.
- Hall, Margaret & Young, Tom (1997), *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence*, Athens (Oh): Ohio University Press.
- Igreja, Vitor (2007), *The Monkeys' sworn oath: Cultures of engagement for reconciliation and healing in the aftermath of the civil War in Mozambique*, tese de antropologia, Leiden: Universiteit Leiden.
- (2008a), *Gamba Spirits, Gender Relations, and Healing in Post-Civil War Gorongosa, Mozambique*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n.º 14, pp. 350-367.
- (2008b), *Memories as Weapons: The Politics of Peace and Silence in Post-Civil War Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, n.º 34, pp. 539-56.
- (2015), "Os Recursos da Violência e as Lutas pelo Poder Político Moçambique", in L. de Brito et alia (eds.), *Desafios para Moçambique 2015*, Maputo: IESE, Marimbuque, pp. 29-50.
- Jentzsch, Corinna (2014), "Milicias and the Dynamics of Civil War", tese de ciências políticas, New Haven (CT): Yale University, 2014.
- (2018), *Spiritual Power and the Dynamics of War in the Provinces of Nampula and Zambezia in Mozambique*. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 3.
- Macagno, Lorenzo (2012), *Franz Boas e Kamba Simango: epistolários de um diálogo etnográfico*. In: Trajano Filho, Wilson (org.), *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*, Brasília: ABA Publicações, v. 1, pp. 127-157.
- Manning, Carrie L. (2002), *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000*, Santa Barbara: Praeger.
- Morier-Genoud, Eric (2011), *Columbus Kamba Simango*. In: Akyeampong, Emmanuel K., & Gates Jr Henry Louis (orgs), *Dictionary of African Biography*, Oxford: Oxford University Press.
- Morier-Genoud, Eric; Cahen, Michel & Rosário, Domingos do (2018), *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*, Martlesham (R. U.): James Currey, a sair em Agosto de 2018.
- Nordstrom, Carolyn (1997), *A Different Kind of War Story*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Pélissier, René (2000), *História de Moçambique*, 2 vols, Lisboa: Editorial Estampa [ed. francesa : 1988].
- Roesch, Otto (1992a), *Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes*, *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 11, pp. 5-35.

- Roesch, Otto (1992b), 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province', *Canadian Journal of African Studies*, vol. 26, n.º 3, pp. 462-84.
- Rosário, Domingos do (2009), *Les mairies des autres. Une analyse politique, socio-historique et culturelle des trajectoires locales. Le cas d'Angoche, de l'Île de Moçambique et de Nacala Porto*, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d'études politiques-Université Montesquieu Bordeaux 4.
- (2018), War to Enforce a Political project? Renamo in Nampula Province, 1983-1992. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 2.
- Spencer, Leon P. (2013), *Toward an African Church in Mozambique: Kamba Simango and the Protestant Community in Manica and Sofala, 1892-1945*, Mzuzu (Maláui): Mzuni Press.
- Vines, Alex (1996), *Renamo: from terrorism to democracy in Mozambique?*, Londres: University of York.
- Wilson, Kenneth B. (1991), *War, Displacement, Social Change and the Re-Creation of Community: An Exploratory Study in Zambézia, Mozambique, preliminary report of a field study in Milange District, March-April 1991*, Oxford: Refugee Studies Programme.
- Wilson, Kenneth B. (1992), *Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, vol. 18, n.º 3, pp. 527-583.